

O Brasil rural acabou?

Zander Navarro^{1,2}

Introdução

Uma pergunta tão aberta e sujeita a largos horizontes, em um país continental e, portanto, com amplíssima área considerada “rural”, sempre encontrará múltiplas respostas, consistentes e razoáveis, mesmo se variarem entre a concordância e a recusa – até enfática. Como o artigo inclina-se em cautelosa direção afirmativa, é necessário refletir sobre tendências e fatos, sobretudo econômicos, fortemente reveladores, que sugerem a iminência de sísmicas mudanças. Se a “terminação do rural” pode ser um anúncio exagerado, o futuro não muito distante é que o revelará, conduzido por inúmeras transformações, inclusive estruturais, já em curso.

Nas décadas de 1960 a 1980, o País ganhou mais de 50 milhões de habitantes. Mas, desse total, menos de 1,5% permaneceu no campo – a vasta maioria inchou as cidades. O Nordeste e o Sudeste foram as regiões que mais contribuíram para o crescimento (64% do total). O Sudeste foi a única naquele período, pela primeira vez em nossa história, que viu sua população rural diminuir em termos absolutos. Nas demais regiões, houve modestas elevações de suas respectivas populações rurais.

Em termos exclusivamente censitários, no período, principalmente durante a década de 1960, o rural brasileiro perdeu sua primazia

populacional. São processos que referendaram, no caso brasileiro, a sombria metáfora de um lendário historiador:

[...] A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade desse século [o século 20], e que *nos isola para sempre do mundo do passado*, é a morte do campesinato [...] (grifo nosso)³.

Além disso, se a vida rural é assentada sobre diversas facetas sociais e culturais, uma delas sendo a forma social da moradia, cujas particularidades definem teias únicas de interação (e um relativo isolamento entre as famílias), outros indicadores sugerem ser esta também uma fronteira que está sendo cruzada, e os limites entre o rural e o urbano, em muitas regiões, usualmente as mais populosas, devem estar sendo esmaecidos. A relativa indistinção sobre a situação domiciliar também contribui para “borrar” as formas de sociabilidade, que vão deixando de ser tão nítidas, como no passado. Analisada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2019⁴, surpreendentes 49% da população ocupada total residia em áreas definidas como rurais, mas não trabalhava em atividades agrícolas, enquanto 35% da força de trabalho agrícola morava em áreas urbanas. Em São Paulo, a sobreposição é ainda mais forte – 65% da população ocupada residente no rural não trabalhava em atividades

¹ Doutor em Sociologia, pesquisador da Embrapa (Sire), professor aposentado da UFRGS. E-mail: zander.navarro@embrapa.br

² O autor agradece os valiosos comentários oferecidos pelos colegas da Embrapa Evaristo de Miranda, Eliseu Alves, Carlos Augusto Santana e Maria Thereza Pedroso.

³ HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.284.

⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

agrícolas, e 58% dos trabalhadores agrícolas moravam nas cidades.

E o que sugerem as características do mercado de trabalho, o total e, particularmente, o agrícola? Examinadas as mesmas Pnads⁵, de 1995 a 2019, a população ocupada total pulou de 53 milhões para 92 milhões. Já a população ocupada em atividades agrícolas caiu de 9,4 milhões para 7,5 milhões (em relação ao total, de 16,3% em 1995 para 8,2% em 2019). Na história rural contemporânea, se a década de crescimento expansivo da economia (1970), for considerada como o ponto de partida, têm sido intensas as migrações entre uma região mais desfavorecida, como o Nordeste, e as regiões de atração, especialmente São Paulo. Ao longo desse tempo, os precários mercados ofertantes de trabalho do Nordeste, sobretudo o rural, foram se unindo aos vários mercados paulistas de trabalho, e essa “união” se concretizando sob vários mecanismos, inclusive por milhares de redes de parentesco. A facilitação dos meios de transporte e a multiplicação dos meios de comunicação reduziram os riscos das migrações. Uma aventura quase épica para os migrantes, em décadas passadas, passou a ser quase uma rotina sem muitos embaraços.

Se a resposta à pergunta-título for rigorosamente ecológica, desconsiderando padrões demográficos ou movimentos migratórios, como os referidos, então um espaço socioambiental, cultural e econômico intitulado rural sempre existirá, e a indagação não teria significado intrínseco. Exceto em alguma sociedade limitada por extrema escassez territorial e sufocada por sua superpopulação (tornando ubíqua a sua natureza urbana), um ambiente entendido como rural existe praticamente em todas as nações.

Além disso, o rural pode estar entranhado no urbano, tornando mais desafiador o entendimento dessa suposta polaridade. Segundo José de Souza Martins,

[...] urbano e rural não são realidades substantivamente diversas. *A metrópole paulistana é amplamente rural* nos costumes dos bairros, sobretudo pobres, no modo de habitar, no modo de circular [...] aqui as pessoas preferem transitar no meio da rua em vez de transitar pela calçada. O meio da rua para elas é rural, é o caminho, a vereda, em que é preciso evitar as beiras, os lugares perigosos, de contato com o mato; a calçada é urbana [...] (grifo nosso)⁶.

Somente sob lentes bem específicas, embora decisivas, pode-se supor que o imenso Brasil rural está sendo vigorosamente mudado e, na sua nova roupagem, pouco espelha um passado agrário vivamente marcante em nossa história e no imaginário coletivo. Ante tal contraposição entre o velho e o novo, cada vez mais acentuada, seria possível afirmar, em consequência: o Brasil rural do passado estaria desaparecendo; não movido por um corte abrupto, nem temporal e nem geográfico, e sim por um contínuo fluxo transformador. O rural, no caso brasileiro, é vasto demais e, sobretudo, muito heterogêneo. Abriga tanto situações de extremo primitivismo geral quanto surpreendentes padrões de modernidade tecnológica e econômica. Existem ainda diversos brasis rurais, unidos apenas pela linguagem e a identidade nacional, mas marcadamente diferentes sob várias outras facetas. E se essa é a marca empírica de um espaço tão diversificado, a mudança determinante aqui sugerida só ocorrerá gradualmente e sob velocidades distintas entre as regiões rurais.

Este artigo se propõe à reflexão sobre uma parte da economia que, em seu sentido mais estrito, intitulamos de agropecuária – a produção nos estabelecimentos rurais e seu entorno local e regional, no âmbito daqueles municípios mais diretamente relacionados aos resultados dessa atividade. Como será sugerido, em muitas regiões do vasto interior brasileiro há um conjunto de dinâmicas promovendo a mudança fortemente – mas sua

⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

⁶ MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. 2.ed. rev. São Paulo: Contexto, 2008. p.140.

celeridade e magnitude variam. É uma verificação nascida de diversas pesquisas que identificam um conjunto de vetores, notadamente de natureza produtivo-tecnológica e econômico-financeira, que atuam decisivamente nessa direção.

Reconfigura-se assim um novo Brasil rural, radicalmente distanciado do agrário de outrora, exceto por uma persistente similaridade histórica, embora alterada em sua função econômica. A riqueza, antes ancorada exclusivamente na propriedade da terra (por isso, os termos “latifundiários” e “reforma agrária” são tão repetidos na literatura e na política das palavras de ordem), nos tempos atuais alicerça-se em um leque de modalidades de capital, inclusive as formas financeiras de origem global. A riqueza inclui, sem dúvida, o capital fundiário, mas a terra, relativamente, vai perdendo sua importância específica. Emerge como vetor determinante principal uma lógica econômico-financeira nitidamente dominante sobre as demais dimensões. Em especial, aquelas sociais e políticas, que, lentamente, se apagam nesses espaços rurais. São particularidades rurais do passado removidas, de um lado, por um processo de enxugamento demográfico do campo; de outro, por uma intensa e rápida modernização capitalista, responsável pela reestruturação da atividade agropecuária em novas bases sociais.

Quais são os fatores principais impulsores dessa transformação? São, pela ordem, como já citado, os determinantes fatores econômicos e financeiros. A seguir, a inexistência de qualquer força social ou política capaz de se contrapor à constituição de uma “ordem ultra-

liberal (praticamente) sem freios” no campo, em relação às atividades produtivas agropecuárias. Por fim, o visível recuo da ação consequente do Estado e suas políticas. Os últimos 30 anos observaram a passagem do antigo Estado interventor, dominante até o final da década de 1980, para um novo Estado. Este, gradualmente, assume-se apenas como normativo ou regulatório, perdendo muito sua força de ação direta.⁷

As forças transformadoras do rural brasileiro

O autor deste artigo organizou a coletânea *A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação*,⁸ em que pesquisadores com sólida experiência de campo analisam sob focos distintos o desenvolvimento agrário brasileiro.

O capítulo inicial dessa obra detalha os resultados de uma inédita comparação entre os dados do Censo Agropecuário de 2017 e aqueles registrados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ambos são localizáveis por suas coordenadas cartográficas e, portanto, podem ser superpostos em um mapa do País. Com base na geolocalização de todos os estabelecimentos agropecuários (do censo) e os imóveis rurais do CAR, analisaram-se os dados relativos a cada unidade. Para ilustrar, destacam-se dois resultados impressionantes. A área total dos registros do CAR supera em 98 milhões de hectares a área total apurada pelo censo, e não se trata apenas de terras griladas nas regiões de fronteira.⁹ Os cinco estados onde foram verificadas as

⁷ Por falta de espaço, o artigo não discute a dinâmica demográfica nas regiões rurais. Como nas cidades, caíram abruptamente as taxas de natalidade, e as famílias vêm se tornando pequenas e apenas nucleares. Já são um quinto as famílias rurais sem filhos, o que limita dramaticamente a capacidade de trabalho na propriedade rural. Detalhes em MAIA, A.G. Rural Brazil: a social and economic space without farmers? In: BUAINAIN, A.M.; LANNA, R.; NAVARRO, Z. (Ed.). *Agricultural Development in Brazil: the rise of a global agri-food power*. London: Routledge, 2019. p.152-162.

⁸ NAVARRO, Z. (Org.). *A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação*. São Paulo: Baraúna, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/editorabarauna/docs/ebook_-_a_economia_agropecu_ria_do_brasil>. Acesso em: 25 fev. 2021. Ver também outros livros recentes: KLEIN, H.; LUNA, F.V. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. São Paulo: FGV, 2019. CHADDAD, F. *Economia e organização da agricultura brasileira*. São Paulo: GEN Atlas, 2017. BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. Disponível gratuitamente em: <https://issuu.com/editorabarauna/docs/ebook_-_a_economia_agropecu_ria_do_brasil>.

⁹ Ver a matéria WATANABE, P. Ao redor da BR-163, no Pará, 62% das florestas pública sem uso definido são registradas como privadas. *Folha de São Paulo*, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/ao-redor-da-br-163-no-pa-62-de-florestas-publicas-sem-uso-definido-sao-registradas-como-privadas.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

maiores proporções são do Sudeste e Sul. É área registrada em 3,5 milhões de imóveis rurais do CAR que o censo não apurou.

A outra notável verificação empírica decorre das proporções de estabelecimentos mais pobres, em cada município, e conclui pela estreita correlação entre a marcha da modernização agrícola e a redução da pobreza rural, incluindo os estados do Sul e as regiões rurais do Sudeste e do Centro-Oeste mais modernizadas. Ambos os resultados depõem a favor do capitalismo agrário, pois os registros do CAR, em maior número, sugerem a existência de possuidores de imóveis com alguma integração mercantil. O segundo resultado apontado fundamenta uma dinâmica econômica criadora de empregos, ampliando a pluriatividade rural e as oportunidades para as famílias mais pobres.

Essa transformação produtiva da economia agropecuária tem um coração condutor, a produtividade total de fatores (PTF). É uma categoria econômica manifestada na prática através do mecanismo alcunhado de tecnologia pelo senso comum, repercutindo a multiplicação de evidências empíricas sobre insumos, máquinas e equipamentos modernos cada vez mais utilizados na produção. O segundo capítulo discute as variações dessa forma de calcular a produtividade e indica a emergência de diversas “regiões dinâmicas” nas áreas rurais.

A principal delas é o Centro-Oeste. Região pouco valorizada em termos de potencialidade econômica uma geração atrás, foi radicalmente transformada a partir da década de 1990. A ocupação espacial da região sob o ideário de modernos formatos produtivo-tecnológicos pode ser demonstrada por um fato empírico extremamente revelador: em 2018, dos 20 municípios com maior valor de produção em um ramo específico, eram do Centro-Oeste 14 entre os maiores produtores de algodão herbáceo; 19

entre os maiores produtores de milho; 16 dos maiores produtores de soja; e 13 no tocante à cana-de-açúcar. Mesmo para um cultivo antigamente típico da produção dos “pobres do campo”, o feijão, naquele ano os dez maiores municípios, em valor da produção, eram também do Centro-Oeste, em estabelecimentos rurais de larga escala e sob uma ótica essencialmente empresarial¹⁰.

A adoção de tecnologia implica, quase sempre, custos crescentes e, como resultado, a transformação produz a emergência de níveis correspondentes (e igualmente crescentes) de capitalização. Sustenta, dessa forma, o surgimento das referidas novas modalidades de capital como uma marca típica da expansão do capitalismo agrário no Brasil.

Em decorrência, o capítulo 4 sintetiza o resultado econômico-financeiro dessa profunda transformação estrutural em curso nas regiões rurais:

[...] 27.306 estabelecimentos com renda mensal de mais de 200 salários mínimos geraram 51,19% do VBP de 2006, mas os dados coletados recentemente registraram 24.791 estabelecimentos rurais observados, os quais geraram 52,73% do VBP de 2017. Desse modo, consolida-se a concentração da produção em um pequeno número de estabelecimentos¹¹.

O número de estabelecimentos referido, em 2017, correspondia a apenas 0,65% do total nacional. Esse resultado estatístico, a síntese do presente século, examina dois censos agropecuários e parece ser o modelo produtivo vitorioso na economia agropecuária do Brasil. Como é também afirmado no livro,

Não é, portanto, uma fácil ou perigosa generalização afirmar que o setor produtivo mais ativo, inovador e dinâmico da economia brasileira vem cimentando, paralelamente, uma

¹⁰ GASQUES, J.G.; TUBINO, M.A.; BASTOS, E.T. A dinâmica produtiva e tecnológica agrícola: uma análise sobre desempenhos municipais. In: NAVARRO, Z. (Org.). **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. São Paulo: Baraúna, 2020. p.117.

¹¹ ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; GOMES, E.G. A concentração do valor bruto da produção e a pobreza segundo o Censo Agropecuário 2017. In: NAVARRO, Z. (Org.). **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. São Paulo: Baraúna, 2020. p.177.

sociedade rural de poucos vencedores, ao lado de um exército de perdedores.¹²

Em contraposição aos capítulos citados, que focam os temas tecnológicos, produtivos e os processos econômicos, o terceiro capítulo é um minucioso estudo do mundo do trabalho, analisado com resultados quantitativos centrados no exame das Pnads em um período de quase um quarto de século. Calcularam-se os rendimentos auferidos nas atividades agrícolas, que, em média, ainda correspondem a 60% da média geral dos ocupados, e essas são diferenças que, somadas à precariedade geral da vida no campo, fomentam, ainda mais, as decisões migratórias.

O capítulo, de fato, é um detalhado libelo científico, rigorosamente assentado em estatísticas e métodos quantitativos, e demonstra o peso de nossa história rural contra a maioria dos moradores do campo, os pequenos produtores e os trabalhadores assalariados. Conforme os autores,

[...] a desigualdade da distribuição da renda do trabalho no setor agrícola é substancialmente maior do que no setor não agrícola [...] [e, mais adiante,] [...] a combinação de maior desigualdade e menor rendimento médio faz com que as medidas de pobreza no setor agrícola sejam mais do que três vezes maiores do que no setor não agrícola¹³.

Tais fatos não apenas condenam as famílias rurais mais pobres ao abandono da atividade, mas também condenam regiões, como o Nordeste rural, onde estão 65,2% dos cidadãos considerados tecnicamente como pobres agrícolas.

O esvaziamento da contraposição sociopolítica

As ciências sociais no Brasil, especialmente a sociologia, tem uma longa (e algo bizarra) tradição de identificar resistências ao capitalismo nas áreas rurais. Há razões justificadas para assim entender alguns dos processos sociais rurais, em conjunturas e regiões específicas. A grande greve dos canavieiros, em Pernambuco, e a força mobilizadora das ligas camponesas, no mesmo estado e na Paraíba, na década de 1960, ou a vibrante oposição política da Contag ao regime militar, na década seguinte, são ilustrações. Depois, na década de 1980, a emergente força do MST e a expansão de um sindicalismo rural de trabalhadores rurais combativo em muitos estados. E na década de 1990, com a primavera democrática pós-constituinte, diversas frentes sindicais e políticas capazes de exercer frequentes pressões traduzidas em conquistas memoráveis. Por exemplo, o nascimento de um programa de financiamento agrícola com taxas favorecidas e destinado aos produtores rurais de menor porte econômico (o Pronaf) e a implantação de um ousado programa de redistribuição de terras. De 1996 a 2013, essa política arrecadou uma área equivalente a quase 90 milhões de hectares (uma França e meia), alcançando em torno de um milhão de beneficiários.

A assunção do campo petista ao poder, em janeiro de 2003, parecia anunciar conquistas que se ampliariam notavelmente e, em consequência, a estrutura de posse da terra seria democratizada, uma velha bandeira política – Nabuco a demandara ainda no século 19. O rural brasileiro, um gigantesco espaço territorial marcado, sobretudo, pela inexistência de direitos, pelo exercício do poder político dos senhores da terra e pela relativa inexistência da Justiça e, por isso, um lugar de milhões de famí-

¹² NAVARRO, Z. Ensaio introdutório: o Brasil rural de ponta-cabeça. NAVARRO, Z. (Org.). **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. São Paulo: Baraúna, 2020. p.26.

¹³ HOFFMANN, R.; JESUS, J.G. de. Desigualdade na agricultura brasileira: renda e posse da terra. In: NAVARRO, Z. (Org.). **A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação**. São Paulo: Baraúna, 2020. p.128.

lias rurais pobres, finalmente seria objeto da ação de um Estado que parecia ser transformador.

Era o anúncio dos tempos – mas essas expectativas não se realizaram. A pobreza rural foi confrontada não com um robusto programa nacional de desenvolvimento rural, mas com uma ação de caridade, o Bolsa Família. O apoio aos pequenos produtores, confusamente intitulados de familiares, via Pronaf, apesar de crescer em termos totais do crédito ofertado, viu nascer dentro de si as mesmas tendências de concentração, tanto entre as unidades federativas quanto entre os beneficiários, emulando as características gerais da agricultura nacional. E a redistribuição de terras (erroneamente intitulada de reforma agrária) minguou lentamente. Perdeu fôlego, de um lado, ofuscada pelo crescimento fenomenal da agricultura comercial; de outro lado, pelo nítido enfraquecimento das forças políticas que exigiam sua continuidade, o MST e o sindicalismo de pequenos produtores. A organização dos sem-terra esgotou seu discurso, e o segundo foi sendo vitimado pelo esvaziamento demográfico de muitas regiões rurais e, posteriormente, pela reforma trabalhista.

Em consequência, a expansão capitalista no campo, sob formato ultraliberal, exceto por uma ótica ambiental, não tem encontrado nenhuma discussão crítica aprofundada, e realmente bem fundamentada, que pelo menos problematize algumas de suas facetas mais controvertidas. O Brasil rural, em uma síntese simplificadora, vem perdendo rapidamente a sua natureza social, permanecendo apenas o domínio do econômico. Ou, em outros termos, é uma parte (vastíssima) de um País que deixa de ser rural-agrário e passa a ser apenas rural-agrícola (ou agropecuário). Esvazia-se de suas comunidades e famílias, permanecendo apenas os dois grupos sociais mais visíveis das regiões rurais: os empreendimentos com desenvoltura econômica e financeira, altamente modernizados e usualmente de larga escala, responsáveis pela maior parte da produção, conforme antes referido – representariam, quando muito, menos de um décimo dos estabelecimentos rurais, mas respondem

por 90% da produção; e o enorme grupo de 3,5 milhões a 4 milhões de estabelecimentos rurais que, em geral, ainda produzem e vendem especialmente para mercados municipais e regionais, mas com chances de sobrevivência – como atividade produtiva comercial – pequenas, porque não têm capacidade concorrencial nos mercados agrícolas. São no geral desorganizados, e apenas aqueles articulados a algumas cooperativas mais operosas se mantêm à tona. Alguns atuam em nichos (agricultura orgânica, por exemplo), mas a grande maioria vê o estreitamento de suas possibilidades de formação de renda. É um grupo receptor da crescente proporção de casais envelhecidos que vivem com as aposentadorias rurais.

E o Estado e suas políticas?

Finalmente, há ainda um tema crucial para substanciar a análise. Diz respeito à chamada ação governamental para as regiões rurais, exaustivamente analisada no quinto capítulo do livro citado. Os autores identificaram três fases muito distintas das políticas públicas e seus respectivos substratos estratégicos. Na primeira, de meados da década de 1960 até a segunda metade da de 1980, a ação do Estado foi claramente intervencionista, buscando dirigir o processo de modernização da agropecuária. Essa diretriz, contudo, se tornou inviável (financeira e politicamente) depois do processo constituinte.

A década de 1990 é a década-chave para entender a “virada” para outra direção. Foi quando uma agenda fortemente liberal foi sendo implementada, e os chamados instrumentos de mercado passaram a ser privilegiados e, por isso mesmo, o Estado e suas políticas foram sendo desidratados de recursos financeiros. A maior prova está no Orçamento da União. Este já dedicou à chamada função agricultura quase 12% do total do orçamento (1987), variou durante a década de 1990 e, no presente século, tem girado em torno de apenas 0,5% do total (0,41% em 2020). Orçamentos anuais espelham as escolhas da sociedade, através de seus representantes no

Congresso e, dessa forma, qual seria a prova mais contundente de uma sociedade que, concretamente, se desinteressou pelas regiões rurais? É como se os brasileiros restringissem seu interesse pelo campo a apenas uma frase: “alimentos baratos e sempre disponíveis!”. O restante, assim parece, não mereceria maior atenção.

Já neste século, o Estado – e sua ação para as regiões rurais – abandonou a orientação interventora e passou a ser, sobretudo, regulatório. Sem recursos financeiros suficientes, desenvolve uma série de ações mais discursivas do que efetivas e, de fato, protege, em especial, os interesses do empresariado rural mais dinâmico.

O futuro próximo

Ponderados os argumentos acima, o Brasil rural acabou? Como espaço social (o rural-agrário), provavelmente está definindo e fadado a desaparecer em algum tempo – relativamente, ou seja, quando comparado com o de meio século atrás e o das regiões rurais antes populosas. Ficarão imensas manchas vazias de vida e interação humanas, não obstante mantidas como pujantes regiões de produção de mercadorias agrícolas ou pecuárias. Apenas algumas partes do País mostrarão alguma resiliência social, como subpartes dos três estados sulistas, às quais se juntarão outras esparsas regiões, aqui e acolá, nas quais famílias rurais persistirão, apelando a possibilidades produtivas recentes, embora limitadas, do turismo rural aos derivados

processados e ofertados em franjas mercantis de rendas mais altas.

No geral, contudo, em 20 anos, se tanto, o Brasil rural caminhará para manter uma população ocupada em atividades agrícolas apenas ligeiramente superior ao caso norte-americano, provavelmente em torno de 4% ou 5% da população total ocupada – apesar de uma proporção maior de moradores rurais, mas sem atividades agrícolas.

Como espaço produtivo e econômico (o rural-agrícola), no entanto, o País está condenado ao sucesso, tornando-se o maior produtor de alimentos do mundo. No campo, a riqueza se concentrará, de forma ainda mais acelerada, nas mãos de produtores inovadores, responsáveis pela produção em larga escala da quase totalidade dos produtos agrícolas e pecuários destinados ao mercado interno e às exportações. Será um ambiente produtivo ainda mais globalizado e conduzido pela excelência tecnológica, nas mãos de um empresariado rural proativo e moderno.

Como fator mais destacado, a sociedade se beneficiará de alimentos saudáveis e baratos, e as cadeias produtivas crescerão, gerando empregos urbanos e mais renda. Mas a desigualdade no campo se aprofundará, e a “questão social”, que marcou tão profundamente a história rural brasileira, migrará do campo para as cidades. O secular capítulo da questão agrária em nossa história social e política talvez tenha sido concluído.